Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo

Ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

01 de Setembro de 2017

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2017, às 10 horas, o Sr. Odorico Pereira de Araújo, abriu a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, localizada à Rua dos Carijós, nº 166, 5º andar, Centro, Belo Horizonte, MG. Participaram os seguintes **conselheiros titulares**: Odorico Pereira de Araújo - FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Tarcísio de Paula Cardoso - ACOMCHAMA - Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha, Maria de Fátima Guimarães Gouvêa – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, ABES, **Participaram também**: Célia Fróes e Clara Rocha – Agência Peixe Vivo. Justificaram ausências os seguintes membros: João Eudes Pereira – VOTORANTIM Metais Zinco S.A e Francesco Reale SINDIFER - Sindicato Da Indústria Do Ferro Do Estado De Minas Gerais. O Sr. Odorico Pereira, Presidente do Conselho, constatou que não houve quórum e informa que por esse motivo não haverá deliberação na presente reunião, sendo possível somente encaminhamentos. O Sr. Odorico Araújo indica Célia Fróes, como secretária *ad hoc* desta reunião, e posteriormente, fez a leitura dos pontos de pauta: **Item 1** - Abertura e verificação de quórum. **Item 2** – Informes dos conselheiros e da Agência Peixe Vivo. **Item 3** – Aprovação da ata da 21ª reunião do CF realizada em 23/06/2017; **Item 4** – Eleição do presidente do Conselho Fiscal. **Item 5** – Encerramento. Na sequência, Sr. Odorico Araújo passa a palavra para Célia Fróes para dar os informes. Essa agradece a presença de todos e passa para o **Item 2** – Informes. Retoma a pauta da última reunião sobre a receita federal que trata de uma instrução normativa que fez uma revisão em relação ao Código de atividade econômica em que a Agência Peixe Vivo está inserida. Antes enquadrada na alíquota de 1% e passou para a alíquota de 2%. Informa que os pagamentos referentes a essa alteração da Receita Federal estão em dia e o relatório que irá documentar a despesa, como uma memória de cálculo, não está pronta, mas será entregue em breve. Faz esclarecimentos sobre os Contratos de Gestão ANA e IGAM. Explica que ambos vencem em dezembro desse ano. Em relação ao Contrato de Gestão do IGAM, o Estado ainda considera o mesmo como um Convênio, e portanto não poderá ser aditado, sendo necessário a assinatura de um novo Contrato de Gestão, pois já foi aditado por cinco anos. Como também haverá necessidade de nova equiparação da Agência Peixe Vivo para as funções de Agência para o CBH Rio das Velhas. Esclarece que o CBH Rio das Velhas já aprovou em plenária deliberação mantendo a Agência Peixe Vivo como sua Entidade Equiparada. Ainda com a palavra, explica que dentre a documentação habitual, há a manifestação de interesse da Agência em permanecer como entidade equiparada, porém essa manifestação não é realizada pela Diretoria Executiva e sim pelo Conselho de Administração. Contudo não havia tempo hábil para que o Conselho de Administração se reunisse, logo foi realizada uma resolução *ad referedum*, sendo pauta para a próxima reunião do CA, que ocorrerá no dia 13 de Setembro de 2017, uma vez que o IGAM está exigindo o referendo para dar continuidade ao processo no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Explica que, segundo informações do IGAM, somente depois de finalizado o processo de equiparação é que a Agência terá acesso aos recursos da cobrança, que foram arrecadados no quarto trimestre de 2016 e primeiro e segundo trimestres de 2017, com o valor em torno de 6 milhões de reais. Informa também que está sendo feito um grande esforço da Agência, juntamente com o Comitê da Bacia do Rio das Velhas, para a assinatura do novo contrato de gestão. Em relação à ANA a proposta inicial era que o aditivo vigorasse até 2020, porém como a ANA manifestou que não tem com garantir no seu orçamento o repasse adicional até 2020, o presidente do CBHSF, Anivaldo Miranda, não concordou com a proposta e sugeriu que fizesse um aditivo de somente um ano, garantindo assim o recurso para 2018. A diretora geral da Agência Peixe Vivo informa que a ANA irá liberar para 2018 recurso adicional para apoio à Agência Peixe Vivo no valor 920 mil reais. Para 2019 e 2020 com a nova metodologia de cobrança espera-se uma melhoria na arrecadação dos recursos da cobrança. Sobre a cobrança na bacia do Rio Pará, informa que a mesma se iniciou em janeiro do corrente ano, tendo sido arrecadado em torno de 1,4 milhões de reais, referente aos dois primeiros trimestres. A previsão de arrecadação para o primeiro ano é de 2,7 milhões de reais. O recurso arrecadado ainda não foi repassado para a agência, sendo que apenas após o repasse, a Agência Peixe Vivo poderá estruturar um escritório em Divinópolis, contratar equipe para atendimento ao Comitê do Rio Pará e iniciar os projetos na bacia. Em seguida, ainda com a palavra, Célia Fróes, explana sobre a notificação do Tribunal de Contas do Estado (Ofício nº 13531/2017), determinando a suspensão temporária

dos atos convocatórios: - **Ato Convocatório 010/2017:** Projeto Hidroambiental para a Unidade Territorial Estratégica - Rio Cipó. - **Ato Convocatório 011/2017:** Projeto Hidroambiental para a Unidade Territorial Estratégica - Peixe Bravo. - **Ato Convocatório 012/2017:** Projeto Hidroambiental para a Unidade Territorial Estratégica - Santo Antônio-Maquiné. - **Ato Convocatório 013/2017:** Projeto Hidroambiental para a Unidade Territorial Estratégica - Rio Paraúna. Relata que uma das empresas que não foi habilitada fez a denuncia no TCE argumentando a existência de vícios no edital. Os processos estão suspensos e a Agência está aguardando resposta do TCE. A Agência Peixe Vivo e CBH Velhas estão trabalhando conjuntamente, para que o resultado do processo seja agilizado no TCE e assim dar andamento aos atos convocatórios, adequando a determinação do TCE, no que for exigido. Diz que a mesma empresa fez denúncia no IGAM sobre o **Ato Convocatório 008/2017**– Contratação de Serviços Especializados Visando a Execução do Projeto Hidroambiental para a Unidade Territorial Estratégica – Rio Bicudo. Porém o processo já havia sido homologado e adjudicado, faltando somente à assinatura do contrato. Célia Froés informa que os atos estão suspensos aguardando decisão do TCE e do IGAM. Na sequência, a diretora geral da Agência Peixe Vivo informa que o mandato do presidente do Conselho Fiscal se encerra em 02 de Outubro de 2017, não poderá haver recondução, justificando a necessidade de nova eleição. Considerando que não houve quórum nessa reunião, a eleição ficou prejudicada. Para o Conselho de Administração o estatuto prevê que havendo vacância do cargo, o vice assumirá, porém no caso do Conselho Fiscal como não há vice-presidente, a assessoria jurídica da Agência entendeu que nesse caso da omissão, poderá ser aplicado ao Conselho Fiscal, por analogia, o mesmo procedimento adotado ao Conselho de Administração, ou seja o presidente deverá convocar nova eleição em até 60 dias. A sugestão foi acatada por todos os presentes e o presidente irá fazer a nova convocatória para o processo de eleição. Não tendo mais nada a tratar, o presidente do Conselho Fiscal, Sr. Odorico Pereira Araújo, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, foi assinada pelo Presidente e pela secretária *ad hoc*.

Odorico Pereira de Araújo
Presidente do Conselho Fiscal

Célia Maria Brandão Fróes
Secretária *ad hoc*

Visto e acompanhamento da referida ata
02/05/2018